

Estudo Técnico Preliminar 56/2025

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

O objeto descrito tem por objetivo suprir a necessidade urgente de limpeza do forro e vedação das juntas de dilatação nos prédios da UFSM, visto que diariamente são encontrados excrementos de morcegos dentro das salas e até mesmo em cima de mesas de trabalho, o que pode trazer risco a saúde dos servidores e terceirizados da UFSM, visto que morcegos contaminados pelo fungo di-mórfico *Histoplasma capsulatum* podem causar histoplasmose.

A histoplasmose manifesta-se com sintomas semelhantes à gripe, tais como tosse seca, febre, fadiga e dispnéia. A radiografia de tórax pode evidenciar adenopatias hilares e mediastinais e infiltrações pulmonares localizadas ou reticulonodulares difusos.

1 INFORMAÇÕES BÁSICAS

a) Do objeto:

- Contratação de empresa especializada em desalojamento de morcegos e tratamento, limpeza e vedação das juntas de dilatação e coberturas – prédios campus da UFSM.
- A Licitação ocorrerá na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do Tipo Menor Preço global por grupo.
- Será permitida a subcontratação.

b) Descrição do item:

Item	Serviço
01	desalojamento de morcegos e tratamento, limpeza e vedação das juntas de dilatação e coberturas – prédios campus da UFSM.

c) Local de execução

Este serviço será prestado na sede da UFSM em Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul, conforme os endereços que seguem abaixo:

- Campus Sede da UFSM: Av. Roraima nº 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria – RS, CEP: 97105-900;
- Prédio de Apoio da UFSM: Rua Floriano Peixoto nº 1750, Bairro Centro, Santa Maria – RS, CEP 97015-373;
- Prédio da Antiga Reitoria da UFSM (anexos e adjacências): Rua Floriano Peixoto nº 1184, Bairro Centro, Santa Maria – RS, CEP 97015-372;
- Museu Gama D'Eça: Rua do Acampamento nº 81, Centro, Santa Maria – RS, 97050-001;
- CEU 1: Rua Professor Braga, nº 79, Centro, de Santa Maria – RS.

d) Legislação relacionada

Deverá ser obedecida a seguinte documentação técnica:

As especificações técnicas descritas neste Termo de Referência:

- Resolução RDC nº. 52, de 22 de outubro de 2009, ANVISA - Dispõe sobre o

funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências.

- Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Resolução do CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967 - Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.
- Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Lei dos crimes ambientais. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
- Instrução Normativa IBAMA nº. 141, de 19 de dezembro de 2006 - Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva. NR 35 – Trabalho em altura.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Planejamento Ambiental – SPA/COPA/PROINFRA	Nicolli Reck e Daniel Belinazzo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Para ser habilitada, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- Licença Sanitária de Funcionamento emitida pela vigilância sanitária do município sede da empresa;
- Certificados de treinamento para trabalho em altura (NR 35) dos trabalhadores designados para realizar os serviços;
- Registro da empresa junto ao conselho competente: CRMV, CRBIO, CREA ou CRQ;
- Comprovação de possuir no seu quadro de funcionários ou através de contrato de prestação de serviços 01 (um) profissional habilitado, Responsável Técnico (RT), pelos serviços;
- Registro do Responsável Técnico (RT) junto ao conselho competente (CRMV, CRBIO)
- Capacitação Técnico-Profissional: documento comprovando que a empresa possui em seu quadro de funcionários, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro, devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica (ART) por execução de serviços descritos no objeto.

4.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Utilizar produtos devidamente registrados, observadas a técnica de aplicação e concentração máxima especificada, o método de aplicação, atendendo às instruções do fabricante contidas no rótulo, obedecendo à legislação pertinente;
- Fornecer mão de obra especializada para a execução dos serviços bem como se responsabilizar por todo o material a ser utilizado na execução dos serviços;
- Responsabilizar-se pelo transporte dos trabalhadores e dos materiais necessários à execução dos serviços;
- Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio da UFSM, ou por qualquer outro dano causado aos imóveis durante a execução dos serviços;
- Executar os serviços nas datas definidas pela UFSM.
- Dar ciência à fiscalização da UFSM, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade e de todas as ocorrências que verificar durante a execução dos serviços;
- Responsabilizar-se, civil, administrativa, penal e tecnicamente, sob as penas da Lei, por quaisquer danos e/ou prejuízos materiais e/ou pessoais que venha a causar e/ou causados pelos seus empregados, à UFSM ou a terceiros;
- A licitante deve executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para a UFSM (com a máxima eficácia), devendo, para tanto, programar suas atividades junto à fiscalização da UFSM;
- A licitante ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, os serviços objeto deste termo, nos quais forem verificadas imperfeições, vícios, negligências ou imperícias resultantes da execução dos trabalhos ou do emprego de máquinas e de equipamentos, a critério da UFSM, que lhe assinará prazo compatível para a adoção das providências ou conclusão dos reparos a realizar;
- A licitante ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados neste termo, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância formal por parte da fiscalização;
- A empresa é responsável também pela guarda, vigilância e segurança e manutenção das estruturas e equipamentos e ferramentas utilizadas para prestação dos serviços não cabendo a contratante arcar com qualquer despesa relativo a dano, desaparecimento ou furto.
- Refazer, sem quaisquer ônus para a UFSM, qualquer parte dos serviços decorrentes de erros constatados, de responsabilidade da licitante.
- As despesas decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive as relativas aos empregados de subempreiteiras e/ou

subcontratadas, não cobertas por seguro, correrão por conta da licitante.

n) Correrão por conta, responsabilidade e risco da licitante as consequências de:

- Sua negligência, imperícia, imprudência e/ou omissão;
- Infiltração de qualquer espécie ou natureza;
- Ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir ao objeto deste Contrato;
- Acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na obra ou em decorrência dela.

o) Não divulgar dados ou informações a que venha ter acesso, referentes aos serviços prestados, salvo expressamente autorizados pela UFSM.

p) O ônus de correção dos serviços ou substituição dos mesmos serão por conta da contratada.

q) Deve executar todos os procedimentos de segurança e fornecer a seus funcionários todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários à proteção da integridade física individual e coletiva, conforme as exigências das normas de segurança e medicina do trabalho e/ou legislação vigente, fazendo uso e aplicação de todas as normas de segurança e prevenção de acidentes.

4.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Garantir o acesso dos trabalhadores da empresa aos prédios da UFSM, para realização dos serviços;

b) Fiscalizar a realização dos serviços.

c) Notificar, por escrito, a licitante quando da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, para que sejam tomadas providências em face de quaisquer irregularidades;

d) Prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante;

e) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com o acordado;

4.4. DA VISTORIA DA LICITAÇÃO

a) Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a empresa licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 17 horas. O agendamento deverá ser efetuado previamente, junto ao Setor de Planejamento Ambiental da PROINFRA: UNIDADE: SPA/PROINFRA TELEFONE: (55) 3220-9452 ou 8498 ou E-MAIL: spaproinfra@ufsm.br.

b) Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

c) A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

d) O licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5. Levantamento de Mercado

De acordo com o Art. 3º do Decreto n.º 7.892/2013:

“Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

(...)

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

Assim, considerando que o serviço descrito no objeto não é contínuo e será executado sob demanda, conclui-se que a solução que melhor se aplica ao atendimento da demanda é a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, visando à formação Ata de Registro de Preços.

Os valores que constam na planilha orçamentária foram obtidos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI.

6. Descrição da solução como um todo

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Durante a execução dos serviços a licitante deverá tomar todas as precauções, quanto aos andaimes, tapumes, etc., com a finalidade de garantir uma perfeita segurança ao trânsito de pessoas junto ao local de realização do serviço.

5.2 Todos os materiais, mão de obra e equipamentos necessários para a execução dos serviços deverão ser fornecidos pela empresa licitante. Todo o transporte (vertical e horizontal) de material ou pessoal, que se fizer necessário para a execução do serviço, ficará a cargo também da empresa licitante;

5.3 Todas as despesas relativas à execução dos serviços, produtos, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas, bem como providências quanto à legalização do serviço perante os órgãos municipais, estaduais e federais, correrão por conta da empresa licitante;

5.4 A licitante deverá prestar toda a assistência técnica e administrativa; mantendo à disposição durante a realização do serviço um técnico de nível superior, comprovado por registro do profissional no Conselho Regional da categoria, o qual não deverá se afastar do local de trabalho durante a realização do serviço e será o Responsável Técnico pelo objeto contratado;

5.5 A equipe deverá ser composta de profissionais orientados e supervisionados por um Responsável Técnico, com vínculo com a empresa e registrado no Conselho profissional, que responderá à Fiscalização da UFSM durante toda execução do contrato, conforme critérios estabelecidos na Resolução RDC nº 52/2009 da ANVISA. A comprovação do vínculo profissional será realizada através de Cópia da CTPS, ou da ficha de registro do empregado, ou de contrato de prestação de serviço, ou do contrato social da empresa em que conste o profissional como sócio;

5.6 A licitante deverá fornecer à Fiscalização da UFSM a relação com o nome e função de todos os funcionários da mesma, inclusive os subcontratados (se houver);

5.7 A licitante deverá elaborar o Cronograma para realização do serviço, devendo este ser aprovado pela Fiscalização da UFSM. O cronograma deverá conter a especificação dos materiais, os compostos químicos a serem utilizados, a discriminação dos equipamentos e maquinários bem como a relação da equipe que executará os serviços;

5.8 A licitante deverá informar previamente à Fiscalização da UFSM, os dias em que os serviços serão prestados, pois nestes dias as atividades relativas ao serviço em questão serão fiscalizadas e acompanhadas pela equipe responsável;

5.9 Para a execução do serviço o prazo máximo é de 30 dias, sendo que, na hora e data marcada a licitante deverá estar nas dependências do prédio, com a equipe habilitada, em número suficiente e com as ferramentas e equipamentos necessários para o bom andamento dos serviços e o cumprimento dos prazos desta especificação;

5.10 A licitante deverá comprovar que os produtos utilizados na execução dos serviços atendem as normas estabelecidas pela Resolução RDC Nº. 52, de 22 de outubro de 2009 da ANVISA, estão compreendidos dentre aqueles permitidos pela Portaria do Ministério da Saúde Nº 10 de 1985 e suas atualizações e que atendam a Portaria nº. 321, de 28 de julho de 1997 do Ministério da Saúde;

5.11 A licitante deverá informar por escrito qual produto químico que está sendo aplicado para realização do serviço, qual o nível de intoxicação, os antídotos dos produtos e a Ficha de informação de segurança de produto químico - FISPQ para evitar problemas na saúde dos servidores e usuários e, para que sejam tomadas as providências devidas em caso de intoxicação;

5.13 Na prestação do serviço objeto desse contrato qualquer informação ou evidência de mortalidade indiscriminada de quirópteros, ficará a empresa licitante sujeita as sanções administrativas, assim como as penalidades advindas da legislação que protege os animais selvagens;

5.14 Será permitida a subcontratação de serviço pela licitante;

5.15 A empresa licitante deverá providenciar e fiscalizar o uso de todos os equipamentos de segurança, inclusive os Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs), necessários ao andamento do serviço e atender plenamente as recomendações da NR 35;

5.16 A empresa licitante deverá manter limpos os ambientes onde os serviços serão prestados, fazendo a remoção diária de todo tipo de resíduo e entulho. Os locais onde os serviços foram prestados deverão estar perfeitamente limpos, assim como a região do entorno dos prédios no momento da finalização do serviço. Todo resíduo gerado pelos serviços deverá ser encaminhado para aterro, fora da UFSM, licenciado por órgãos ambientais e deverá ser transportado por empresa credenciada por órgãos ambientais, conforme legislação vigente. A coleta, transporte, armazenamento e destinação final dos resíduos gerados pela realização do serviço deverão ser comprovados por meio da apresentação da Nota Fiscal à Fiscalização oriunda da empresa que realizar tais serviços;

5.17 A UFSM deverá fornecer a água, energia elétrica, sendo que as extensões até o ponto de uso serão de responsabilidade da empresa licitante;

5.18 São de responsabilidade da empresa licitante os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato. O acompanhamento e a fiscalização pela Administração não excluem ou reduzem essa responsabilidade. A empresa licitante deve facilitar a fiscalização, permitir amplo acesso ao objeto em execução e atender prontamente às solicitações da Administração;

5.19 A empresa licitante deverá manter duas cópias atualizadas das especificações e planilha de quantitativos, sendo que uma delas será utilizada apenas pelos Responsáveis Técnicos da empresa e pela Fiscalização da UFSM;

5.20 Nenhum trabalho adicional ou modificação dos serviços especificados nesse documento serão efetivados pela licitante sem a

prévia e expressa autorização por escrito da Fiscalização da UFSM, respeitadas todas as disposições e condições estabelecidas;

5.21 Todo e qualquer dano aos prédios e patrimônio da UFSM, causado em virtude dos serviços executados, será de inteira responsabilidade da empresa licitante, devendo esta providenciar sua recuperação e/ou reposição. A empresa licitante deverá, também, arcar com danos eventualmente ocorridos com os materiais, equipamentos e ferramentas utilizadas na execução dos serviços, sem possibilidade de ressarcimento pela UFSM;

5.22 A licitante vencedora deverá prestar garantia mínima de 12 (doze) meses, devendo prestar assistência técnica durante este período e solucionar os casos de surgimento de novos focos de quirópteros nos ambientes onde foram prestados os serviços;

5.23 O orçamento analítico deverá ser discriminado e deverá conter: descrição dos itens, quantidade, unidade, preço unitário (material, mão-de-obra, serviço), total do serviço, subtotal para cada item da planilha e valor total global da proposta. Os preços serão apresentados em duas casas decimais;

5.24 O valor total de cada item da planilha corresponde a uma porcentagem do valor total da proposta e essa porcentagem pode ser definida como coeficiente de influência. Sempre que o coeficiente de influência superar em mais de 15% o correspondente na planilha da instituição, o excedente será pago somente na última parcela e ainda, se houver acréscimos de serviços (aditivos) do item em questão o mesmo será feito utilizando os valores previstos na planilha da instituição;

Ex.: $ci \text{ (instituição)} = 0,20 \text{ (20\%)}$, $ci \text{ (empresa)} = 0,25 \text{ (25\%)}$ $ci \text{ (instituição)} + 15\% = 0,20 \times 1,15 = 0,23 \text{ (23\%)}$, $\text{excedente} = 0,25 - 0,23 = 0,02 \text{ (2\%)}$ $\text{excedente}/ci \text{ (empresa)} = 2/25 = 0,08$, ou seja, 8% do valor do item somente será faturado na última parcela.

5.25 A empresa licitante não poderá emitir a Nota Fiscal/Fatura, enquanto todo o serviço descrito nas Especificações técnicas não estiver plenamente concluído e entregue em perfeitas condições de execução, uso e funcionamento;

6 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.2 TRATAMENTO DAS JUNTAS DE DILATAÇÃO E DA COBERTURA

6.2.1 Juntas de dilatação e cobertura Telhas, algerozes, rufos, vidros, calhas, entradas para sistemas de ar condicionado e estrutura de madeira das treliças, em lugares estratégicos definidos pela UFSM, bem como as danificadas e sem condições de uso e toda a vedação das juntas de dilatação anteriormente existentes deverão ser removidas para a aspiração dos excrementos e dejetos existentes nos prédios. Observar as tubulações existentes de água e desligar as redes elétricas com objetivo de fornecer segurança ao trabalhador. Deverão ser tomadas medidas de contenção de pó e ruído.

Todo material removido para a realização dessa etapa do serviço e que estiver em condições de reutilização, deverá ser armazenado, para posterior reutilização por parte da licitante, de acordo com a Fiscalização. O material removido e que não estiver em condições de uso deverá ser destinado como resíduo de construção civil e/ou resíduo Classe I, de acordo com a orientação da Fiscalização da UFSM.

6.2.2 Vedação juntas de dilatação - instalação de mangueira cristal flexível em PVC

Após o desalojamento dos morcegos, remoção dos excrementos, retirada da vedação das juntas de dilatação anteriormente existentes e higienização dos locais em questão, a licitante deverá instalar, nas frestas das juntas de dilatação dos prédios mangueiras cristal em PVC flexíveis de diâmetros de $\frac{3}{4}$ " 1" 1 1/2" e 2" de acordo com a espessura da fenda existente no local. A instalação inicia-se pelas juntas internas, paredes e tetos internos ao prédio, e no sentido da posição inferior para superior. Após isso, inicia-se a vedação nas paredes externas do prédio, incluindo os espaços entre os pilares e as paredes externas, pelas partes mais baixas e subindo para as partes superiores do prédio. A vedação deverá ser executada igualmente na parte superior das juntas de dilatação, incluindo abaixo do telhado. Onde não for possível instalar as mangueiras e perfis de metálicos, a licitante deverá instalar telas que impeçam o acesso dos quirópteros às juntas de dilatação e à cobertura do prédio.

6.2.3 Instalação de perfil de metálicos, nas faces internas

Recobrir as juntas de dilatação vedadas com mangueira cristal, seguida de espuma expansiva e, posteriormente, perfis metálicos (chapa 18) nas dimensões mínimas de 10 cm. Esses perfis devem ser fixados com quatro parafusos e buchas de fixação a cada metro de perfil e instalados nas faces internas dos prédios. O sentido da instalação segue o mesmo da instalação das mangueiras cristal nas faces internas do prédio e pode ser realizado concomitantemente, iniciando-se pelas juntas internas, paredes e tetos internos ao prédio, e no sentido da posição inferior para superior. Onde não for possível instalar as mangueiras e perfis, a licitante deverá instalar telas que impeçam o acesso dos morcegos às juntas de dilatação e à cobertura do prédio, conforme item 4.2.1.

6.2.4 Instalação de perfil de metálicos, nas faces externas

Recobrir as juntas de dilatação vedadas com mangueiras cristal e espuma expansiva utilizando perfis metálicos (chapa 18), com dimensões mínimas de 10 cm. Esses perfis devem ser fixados com parafusos e buchas de fixação a cada 30cm de perfil e instalados nas faces externas dos prédios. O sentido da instalação segue o mesmo da instalação das mangueiras cristal nas faces externas do prédio e pode ser realizado concomitantemente, iniciando-se a vedação nas paredes externas do prédio, incluindo os espaços entre os pilares e as paredes externas, pelas partes mais baixas e subindo para as partes superiores do

prédio. A vedação deverá ser executada igualmente na parte superior das juntas de dilatação, incluindo abaixo do telhado. Onde não for possível instalar as mangueiras e perfis de alumínio, a licitante deverá instalar telas que impeçam o acesso dos morcegos às juntas de dilatação e à cobertura do prédio.

6.2.4.2 Telha de Fibrocimento

A cobertura será com telhas de fibrocimento com 6,0 mm ou 8,0 mm de espessura, conforme as telhas já existentes, da marca Brasilit ou equivalente. A fixação será com parafusos apropriados com 0,8 mm e 110 mm de comprimento e demais acessórios de acordo com as recomendações do fabricante, devendo ter pelo menos 2 parafusos por telha em cada terça, deverão ser instaladas telhas translúcidas a cada 5 (cinco) telhas, com colocação revestimento de argamassa abaixo das telhas, para vedar a possível entrada de morcegos, e também a colocação de telas onde não for possível vedar. As telhas que forem retiradas e estiverem em condições de reaproveitamento, conforme a Fiscalização da UFSM, deverão ser reutilizadas na cobertura.

6.2.4.6 Rufos e algerozes

Será de chapa galvanizada nº 26, corte 25, utilizando parafusos e buchas plásticas para sua fixação a cada 40 cm e selante para vedação junto à parede (silicone PU36). Observação: Deverá ser colocado revestimento de argamassa abaixo de todas as telhas, para vedar a possível entrada de morcegos, e também a colocação de telas onde não for possível vedar.

Nota: O produto de marca e/ou modelo diferente do sugerido por esta especificação deverá ser submetido à análise prévia da Fiscalização da UFSM. Para que este produto seja considerado “equivalente”, deverá ter o mesmo desempenho técnico, principalmente em termos de funcionamento e durabilidade. Quando houver divergências entre a Fiscalização e a empresa licitante, esta deverá comprovar a equivalência técnica do produto, mediante testes e/ou ensaios realizados por instituições credenciadas pelo INMETRO, sendo que as despesas serão de sua responsabilidade.

6.3 DAS CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO DESALOJAMENTO DE MORCEGOS

O propósito do desalojamento é permitir que os indivíduos deixem o abrigo ao anoitecer mas não consigam retornar para o mesmo local após a alimentação porque o local de entrada/saída estará fechado.

- O desalojamento dos morcegos somente poderá ocorrer fora do período reprodutivo das espécies no Rio Grande do Sul, ou seja, entre a segunda quinzena de março e final de setembro.
- O desalojamento deverá ser realizado ao anoitecer e/ou noite e sem chuva. Deve ser observada a fase lunar, pois os morcegos exibem uma forte tendência a não deixar o abrigo em dias de lua crescente e/ou cheia.
- O local de saída dos morcegos no prédio deve ser fechado temporariamente, ao anoitecer, após a saída dos mesmos para alimentação. Na manhã seguinte o local fechado deverá ser reaberto para que os morcegos que permaneceram possam sair ao anoitecer. Essa ação deve ser repetida diariamente até que todos os indivíduos da colônia tenham deixado o abrigo, o que pode ocorrer num período de até 10 dias.
- Somente após a confirmação da saída de todos os indivíduos da colônia pelo Responsável técnico o abrigo poderá ser fechado permanentemente.
- Toda a atividade de desalojamento dos morcegos deverá ser acompanhada por responsável técnico (biólogo ou médico veterinário) credenciado junto ao Conselho, capacitado e com a emissão de ART.
- A UFSM orienta que todos os profissionais diretamente envolvidos nessa ação apresentem comprovação de vacina contra a raiva e usar Equipamentos de Proteção Individual.
- Para o trabalho em altura seguir a NR 35.
- Todo trabalho executado deverá ser descrito através da entrega de um relatório descritivo e fotográfico, assinado pelo responsável técnico.

OBSERVAÇÃO: Os morcegos são animais da fauna brasileira e, portanto, protegidos pela Lei Nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de crimes ambientais). Qualquer ação de manejo que provoque morte, danos físicos, maus-tratos ou a captura destes mamíferos é considerado crime ambiental e é passível de penalidades.

6.4 EXECUÇÃO DA REMOÇÃO DOS EXCREMENTOS E HIGIENIZAÇÃO

A empresa licitante deverá realizar a verificação de que nenhum indivíduo permaneceu no abrigo antes de iniciar a limpeza e higienização do local. Uma vez que não ocorram indivíduos no local, deverão ser aplicados produtos repelentes sólidos e/ou líquidos (químicos, agrícolas ou veterinários, observando o disposto no item 3.10 desta especificação) desde que tenham seu uso registrado e aprovado no Ministério da Saúde ou Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e sejam aprovados também pela Fiscalização da UFSM, e respeitando-se as condições de segurança de sua aplicação. Tais produtos deverão ter o descarte ambientalmente correto de suas embalagens sendo devidamente comprovado pela licitante. A aplicação deverá ser feita nos locais que abrigavam as colônias de morcegos. A limpeza das fezes e higienização do local deverá ser realizada mediante o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e demais normas de segurança vigentes. Antes da remoção dos excrementos a licitante deverá aspergir uma mistura de água e hipoclorito de sódio (água sanitária) (1:1) ou similar sobre todos os restos orgânicos, para evitar a formação de poeira e inalação de esporos de fungos. O local deverá ser adequadamente sinalizado e seguro aos operários e transeuntes.

A licitante deverá utilizar aspirador industrial de alta potência e dotado de bico aspirante adaptado para alcançar os dejetos dentro das juntas de dilatação, em espaços sob as mesmas ou qualquer outro local no prédio que contenha as fezes.

A licitante deverá remover animais mortos encontrados nos locais, destinando a carcaça como resíduo Classe I, conforme NBR 10.004/2004.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos de serviços são estimativas projetadas para 12 (doze) meses e estão especificados na planilha.

Os quantitativos se basearam no levantamento técnico de metragem de juntas de dilatação que possuem cada um dos prédios que enfrentam problemas com infestação de morcegos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 398.871,14

Valor da contratação estimado em R\$ 398.871,14

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O julgamento dar-se-á pelo menor preço global, visto que se caracteriza por ser complexo, especializado e de difícil fragmentação, ou seja, as partes são dependentes umas das outras. Portanto, é inviável aderir ao julgamento pelo menor preço unitário sem comprometer o desenvolvimento correto da execução do serviço.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Dispensa Eletrônica – 41/2023 – Contratação de serviços de tratamento, limpeza e vedação das juntas de dilatação, forros e cobertura do prédio 47 – Reitoria.

Pregão Eletrônico – 173/2023 – Registro de preços para limpeza e vedação das juntas de dilatação dos prédios no campus sede da UFSM.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação do serviço de DESALOJAMENTO DE MORCEGOS E TRATAMENTO, LIMPEZA E VEDAÇÃO DAS JUNTAS DE DILATAÇÃO E COBERTURAS, objeto deste ETP, está alinhada aos objetivos estratégicos definidos para o Desafio 7 - Gestão Ambiental no Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2026 da UFSM.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Limpeza, tratamento e vedação das juntas de dilatação e coberturas, com retirada dos excrementos dos morcegos que estão acumulados e causando odores fortes.

13. Providências a serem Adotadas

De acordo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Geração de resíduos perigosos (excrementos dos morcegos) e de resíduos da construção civil.

Medidas mitigatórias:

Descarte de resíduos deverá obedecer a Lei nº 12.305 e a Resolução do CONAMA nº 307, sendo enviados para aterro sanitário licenciado com comprovante de destinação final.

Os trabalhadores que estiverem executando os serviços deverão utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados;

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

De acordo.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: De acordo.

NICOLLI RECK

Engenheiro

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - REGISTRO DE PREÇOS CONTROLE HE - Orçamento Analítico.xlsx (43.7 KB)
- Anexo II - REGISTRO DE PREÇOS CONTROLE HE - Orçamento Sintético.xlsx (33.48 KB)